

Coordenar para evoluir e integrar o setor elétrico¹

Marcos da Costa Cintra²

O setor elétrico brasileiro enfrenta desafios que revelam uma incapacidade estrutural de encontrar soluções eficazes e coerentes tanto para seus segmentos quanto para os consumidores. Como resultado, apesar da abundância de fontes de energia e dos preços competitivos na geração, pagamos uma das contas de luz mais caras do mundo, inflada por disfunções sistêmicas e subsídios que somam R\$ 40 bilhões ao ano.

A falta de um mercado bem estruturado e de leilões planejados que integrem uma visão centralizada e direcionem investimentos para o mix adequado de fontes e locais impede a otimização conjunta dos investimentos em geração e transmissão. Essa coordenação é essencial para garantir a segurança e flexibilidade do sistema, além de reduzir os custos para o consumidor.

A inadimplência pressiona as margens das distribuidoras, que também enfrentam o desafio de integrar fontes renováveis, cuja intermitência exige adaptações técnicas e operacionais. Esse cenário é agravado pela judicialização das disputas tarifárias e pela pressão para reduzir tarifas, o que frequentemente impede os investimentos necessários na modernização da rede, crucial para enfrentar eventos climáticos extremos.

A expansão da infraestrutura de transmissão necessária para escoar a energia eólica e solar de áreas remotas tem elevado a conta de luz. Esse custo pode aumentar ainda mais se o “sinal locacional” - um mecanismo que ajusta o custo da transmissão com base na localização geográfica da geração e do consumo - não for implementado. A transmissão precisa refletir de forma mais justa os custos reais e evitar que todo o ônus seja repassado uniformemente aos

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/coordenar-para-evoluir-e-integrar-o-setor-eletrico.ghtml> Acessado em 28.08.2024

² Executivo do setor de petróleo, gás e energia, é jornalista, mestre em políticas públicas (IE-UFRJ) e doutor em energia (IEE-USP). É presidente do Instituto Pensar Energia

consumidores, incentivando investimentos em locais mais próximos dos centros de carga e, assim, reduzindo os custos gerais do sistema.

A agenda do SEB inclui o planejamento de leilões de capacidade de potência, a expansão do mercado livre e a remuneração de atributos de geração, como flexibilidade operacional, serviços ancilares, segurança energética e disponibilidade. Também abrange a renovação de ativos de distribuição, geração e transmissão, além do crescimento da geração renovável a custo marginal zero, o que pode inviabilizar novos investimentos, que são essenciais para garantir os serviços fundamentais do sistema.

Essas questões exigem superar o cenário de normas sobrepostas e contraditórias que transformaram o SEB em um labirinto regulatório. Além da complexidade burocrática, a fragmentação institucional e a dependência de uma matriz energética vulnerável agravam o quadro, tornando urgente uma reforma. Em vez de adicionar novas camadas de regulação, é necessário simplificar as regras e fortalecer a coordenação estatal.

Um modelo que combine rigor e simplicidade, revisando e consolidando normas, e criando um código regulatório único para o setor, surge como uma solução viável e necessária. Esse código deve ser claro, acessível e estruturado para reduzir a dependência do sistema judiciário, sobrecarregado com disputas que poderiam ser resolvidas administrativamente. Tal abordagem facilitaria a compreensão e a aplicação das normas, promovendo um ambiente regulatório mais eficiente e seguro.

Fortalecer a coordenação é crucial. Ampliar o papel do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) seria um passo nessa direção. O CMSE poderia evoluir para se tornar um coordenador central das políticas de energia, integrando as áreas de petróleo, gás, biocombustíveis e eletricidade. Esse novo CMSE faria o gerenciamento operacional de alto nível, articulando a ação conjunta de órgãos reguladores, autarquias e empresas públicas. Ao mediar os interesses dos segmentos - geração hídrica, eólica, solar, termoelétrica, nuclear, transmissão e distribuição - o comitê poderia garantir um equilíbrio entre segurança energética e sustentabilidade.

No âmbito estratégico, a redução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - de 18 para três ministérios, concentrando-se em Minas e Energia (MME), Meio Ambiente e Casa Civil - poderia trazer agilidade e alinhamento constante. A proposta é inspirada no Plano Real, que reduziu o Conselho Monetário Nacional (CMN) para aumentar a eficiência das decisões e reduzir o risco de conflitos de interesse e diluição da governança. O novo CNPE coordenaria e otimizaria as políticas, enquanto o atual assumiria um papel consultivo, garantindo que diferentes perspectivas continuem sendo consideradas.

Outro aspecto vital é a diversificação da matriz. A incorporação significativa de fontes eólica e solar, aliada à dependência das hidrelétricas, coloca o país em uma posição de vulnerabilidade, sobretudo em períodos de seca. Para garantir a

estabilidade do sistema, é fundamental desenvolver de forma controlada a energia nuclear e termoelétrica com baixa emissão, para complementar as fontes intermitentes e mitigar os riscos climáticos. Além disso, é crucial aprimorar a integração entre a gestão hídrica e energética.

É fundamental fortalecer a ANEEL como mediadora de conflitos, o que poderia reduzir a judicialização excessiva. A criação de um tribunal administrativo especializado, que funcionaria como uma instância intermediária cujas decisões seriam vinculativas salvo em casos excepcionais, seria capaz de resolver conflitos rapidamente e com base em conhecimento técnico, evitando que questões sejam prolongadas no sistema judiciário.

Há mérito tanto em uma abordagem de mercado quanto em um planejamento centralizado no setor elétrico. Um modelo híbrido, que combine a flexibilidade e a capacidade de inovação do mercado com a previsibilidade e a segurança do planejamento centralizado, pode atrair investimentos em inovação, ao mesmo tempo em que organiza e direciona os investimentos para otimizar a transmissão e a geração de energia.

A reforma do SEB deve ser abrangente, com o objetivo de simplificar as regras, fortalecer e renovar as instituições, além de garantir transparência e independência nas decisões. A tarefa exige um esforço conjunto, tanto político quanto técnico, para alinhar interesses diversos e implementar mudanças estruturais que tornem o setor mais eficiente e resiliente, capaz de posicionar o Brasil na vanguarda de uma nova era energética, marcada pela sustentabilidade e pela segurança no fornecimento.